

**ASAS DE SANGUE  
O VÔO DO CONDOR SOBRE O BRASIL (1973/1985)**

Neusah Maria Cerveira\*

Eu bem gostaria de ser sábio.  
Nos velhos livros se encontra o que é sabedoria:  
Manter-se afastado da luta do mundo e a vida breve  
Levar sem medo  
E passar sem violência  
Pagar o mal com o bem  
Não satisfazer os desejos, mas esquecê-los  
Isto é sábio.  
Nada disso sei fazer:  
É verdade, eu vivo em tempos negros.  
(Bertolt Brecht, “Aos que vão nascer”)

Este trabalho procura contar e analisar uma história recente, um fragmento de história que ainda está acontecendo e da qual, apesar das muitas versões e ficções, resta tudo a desvendar. A proposta visa a uma abordagem histórica e analítica da gênese e do desenvolvimento da Operação Condor, durante o período de 1973/1985, na América Latina. Ela foi o sistema que, nas décadas de 70 e 80, reuniu diversos governos militares sul-americanos para combater grupos opositores, independentemente das fronteiras nacionais. Mais especificamente, este projeto propõe fazer um estudo de caso da atuação dessa Operação no Brasil.

O principal objetivo da pesquisa é saber como ocorreram os crimes de desaparecimento e eliminação de militantes políticos – só na Argentina, de 1976 a 1983, houve de 8.961 (reconhecimento oficial) a 30.000 casos (estimativas de várias entidades, entre elas a das Mães da Praça de Maio).

Na Espanha e na Argentina, há juizes investigando ações de governos militares. No Chile, o ex-ditador Augusto Pinochet, líder do regime militar (1973-1989), ainda pode ser julgado. No último país, houve pelo menos 2.279 mortos naquele período. No Brasil do

regime militar, de 1964 a 1985, restam, no mínimo, 138 desaparecidos (oficialmente reconhecidos pelo atual governo brasileiro). Além deles, sumiram 7 militantes brasileiros de esquerda na Argentina, 5 no Chile e 1 na Bolívia.<sup>1</sup>

*Por la Memoria, la Verdad y la Justicia*

*Brazil*

*El golpe militar de 1964 fue el preámbulo a un período largo de represión social y política en Brazil. Las autoridades utilizaron prácticas inhumanas tales como la tortura, las ejecuciones extrajudiciales y la desaparición forzada para eliminar a sus opositores políticos. Brazil también participó en la Operación Cóndor por la cual agentes de países latinoamericanos entraron a Brazil para secuestrar y matar a sus propios ciudadanos. Ciudadanos brasileños también fueron desaparecidos en otros países vecinos. Brazil no ha tenido una comisión de verdad y la documentación sobre las violaciones ocurridas durante y desde la dictadura es limitada y su aparición se debe a los esfuerzos de las organizaciones de derechos humanos. Este sitio es un lugar donde recordar a los muertos y desaparecidos brasileños. Agradecemos toda información que podamos agregar.*

Martín Almada, professor visitante da Kansas State University, nos EUA, foi o responsável pela descoberta, no Paraguai, em 1992, do Arquivo do Terror, duas toneladas de documentos que comprovam a existência da Operação Condor. Pode-se afirmar que Almada identificou o primeiro ovo do Condor e um de seus ninhos.

Ex-preso político, ele localizou, em 1992, num prédio a 20 km de Assunção, o arquivo da polícia política da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), com 8.369 fichas de militantes (64 brasileiros), 10.000 fotografias, relatórios policiais e correspondência entre as Forças Armadas do Cone Sul. Hoje, Almada, o “Caçador da Operação Condor”, é um “caçador” de “todos” os arquivos. Ele espera que a CIA libere novos documentos sobre o governo Stroessner, na vigência do qual o próprio Almada foi torturado.

O professor não defende mais a extradição do ex-ditador, que viveu no Brasil, para o Paraguai. O governo paraguaio é muito ligado a Stroessner e suas vítimas gostariam que ele fosse julgado e condenado pela justiça brasileira por seus crimes contra os direitos humanos.

Almada pesquisa atualmente, também, sobre o que chama Operação Condor 2, aliança sul-americana para a repressão política, que funcionaria ainda hoje, na sua avaliação. Ele se baseia em atas de reuniões dos Exércitos de vários países do sub-continente, em 1995.

Dos principais regimes militares sul-americanos recentes, só são conhecidos arquivos secretos significativos do Paraguai (1954-1989) e do Brasil (1964-1985). Os únicos com acesso amplo do público são os das polícias políticas do Rio de Janeiro e de São Paulo – no

Paraguai, a Justiça ainda está com os papéis encontrados em 1992. Na Argentina (1976-1983), no Chile (1973-1989) e no Uruguai (1973-1984), há pouquíssimos documentos confidenciais conhecidos. Não se sabe se o resto foi destruído ou está escondido.

As condições mundiais repercutindo na América Latina, bem como suas próprias particularidades serão objeto de preocupação desta pesquisa. Recorrer-se-á a uma revisão bibliográfica. E à análise da conjuntura internacional e latino-americana e suas características nacionalistas e popular-reformistas, que não puderam ou não quiseram resistir de forma armada à maioria dos golpes militares orquestrados pela CIA,<sup>2</sup> sucedidos em cascata na América-Latina no período que aqui se propõe estudar. Diante do imobilismo momentâneo dos Partidos Comunistas da América Latina, vai-se compreender pelo menos a opção de uma parte das esquerdas brasileiras em relação à luta armada, além dos diversos matizes desse tipo de resistência,<sup>3</sup> representados pelos muitos partidos e organizações que escolheram a via armada como forma possível para a imediata derrubada das ditaduras militares.

No início da década de 60, em plena vigência da Guerra Fria, e com a recente vitória da Revolução Cubana (1958), o capitalismo – numa nova fase de expansão hegemônica – não podia admitir novas surpresas. A ameaça comunista era uma realidade na cabeça dos governantes dos países do Primeiro Mundo e o capitalismo, capitaneado pelos Estados Unidos da América do Norte, não podia tolerar a idéia de perder mais nenhuma posição na América Latina.

As idéias de Régis Debray varriam o continente americano, insuflando novas concepções nas mentes dos jovens latino-americanos, consolidando nos comunistas mais velhos a percepção de que poderia ter-se chegado ao momento-limite, em que uma situação revolucionária estava prestes a conduzir forças alternativas de representação ao ponto de substituírem formas representativas institucionais vigentes. A revolução estava em marcha, e o caminho era personificado nas ações do poético revolucionário “Che” Guevara.

O trabalho de pesquisa proposto aqui será estruturado da seguinte forma:

No mundo, são diversos os tratamentos dados aos arquivos de extintos serviços de segurança de Estado em antigos regimes repressivos. Na Rússia, os arquivos da KGB, polícia política comunista da ex-URSS, são considerados os mais espetaculares, em termos de repressão pura e simples.

Os documentos da KGB e da Stasi, polícia secreta da ex-Alemanha Oriental, são os mais conservados do mundo, considerando regimes antidemocráticos. Acredita-se que a possibilidade de trabalhar nos arquivos da Stasi é muito maior, devido aos meios, à disponibilidade, ao pessoal, e que não há lugar melhor no mundo para pesquisar esse campo temático e documental, hoje, que na Alemanha.

Essas informações e análises são do historiador Antonio González Quintana, coordenador dos Arquivos Militares da Espanha – órgão do Ministério da Defesa daquele país. Quintana é uma das maiores autoridades mundiais no estudo de arquivos secretos de governos repressivos. Em 1994 e 1995, dirigiu o projeto sobre o tema desenvolvido pela Unesco, órgão da ONU.

Não se pode ter nem idéia da importância dos arquivos até que os países se encontrem em processos de transição política. Isso tanto pela sua existência (Alemanha) como pela sua inexistência (Chile).

No Brasil, os principais arquivos secretos das Forças Armadas e do extinto SNI (Serviço Nacional de Informações) nunca vieram a público.

Além do fascínio que essa pesquisa exerce sobre o cientista e da necessidade e justiça da investigação ora proposta, é necessário deixar claro que sou filha da primeira vítima brasileira (oficial) dessa operação macabra no Cone Sul. Hoje, no Brasil, o assunto adquire uma proporção gigantesca no nível de envolvimento pessoal com o objeto. Fazer parte da história que se quer investigar tem dois lados.

Um é a imensa boa vontade dos militantes em colaborar para desvendar o destino do companheiro assassinado, além da cumplicidade e intimidade desenvolvida pelas vítimas dos holocaustos, não importa as proporções, para as vítimas, sejam 100 ou 100.000, a dor é a mesma; o sentimento é igual, bem como o desejo de justiça. Conto também com a simpatia das entidades de direitos humanos e de funcionários de agências oficiais e não oficiais. O principal: a memória, que me permite selecionar o relevante na pesquisa, e documentos de um arquivo pessoal organizado através de 30 anos, além dos documentos de outros familiares e entidades de familiares.

Mas como tudo tem um duplo, um outro lado: dificuldades também resultam desse “fazer parte da história”, tais como vigilância permanente da “neutralidade” mínima exigida pela ciência numa pesquisa acadêmica, controle emocional para ouvir atrocidades por vezes proferidas pelos próprios algozes. Há que ouvi-los, infelizmente.<sup>4</sup>

Operação Condor – BRASÍLIA (ABN) – Impressionante é o estardalhaço do noticiário nacional, nas últimas semanas, referente a uma presumida ação de Órgãos de Inteligência de países do Cone Sul, na década de 70. O assunto ganhou corpo a partir da ação do juiz espanhol Baltasar Garzón que, após indiciar o General Augusto Pinochet, passou a buscar documentos objetivando demonstrar que, depois da deposição de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, os governos de cinco países – Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai – uniram-se, sob o comando da DINA, o Serviço de Inteligência chileno, numa espécie de “Mercosul do Terror”. A parceria teria sido formalizada em 1975, sendo denominada “Operação Condor”. Vamos aos fatos. É sabido que quando existe uma ameaça terrorista de caráter internacional, os órgãos de segurança dos países ameaçados se coordenam. Nesse sentido,

a “France-Press” divulgou, em 21 de novembro de 1998, o seguinte telegrama: “O presidente francês, Jacques Chirac, e o Primeiro-Ministro Lionel Jospin, confirmaram ao chefe do governo espanhol, José Maria Aznar, a adesão da França à luta antiterrorista na Espanha, ao ser concluída, ontem, a reunião de cúpula França-Espanha, em La Rochelle”. Ou seja, esses dois países passaram a coordenar-se para combater a ETA-BASCA espanhola. Muitos militantes da ETA-BASCA têm sido presos, e alguns têm desaparecido, em território francês, em operações conjuntas dos órgãos policiais da França e Espanha, conforme a imprensa internacional freqüentemente noticia. Em 1974 – menos de um ano após a deposição de Allende – foi fundada em Paris uma Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), integrada pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), da Bolívia, Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina, Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro (MLN-T), do Uruguai, e Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR), do Chile. Em outubro de 1974, a Comissão Política do MIR, através de seu jornal “El Rebelde en la Clandestinidad”, dava conta desse fato nos seguintes termos: “No campo internacional, nosso partido redobrará a coordenação e o trabalho conjunto com o ERP, o MLN-T e o ELN da Bolívia, e junto com eles lutará para fortalecer e acelerar o processo de coordenação da Esquerda Revolucionária Latino-Americana e Mundial (...) Chamamos a todas as organizações e movimentos irmãos a redobrar a luta em seus próprios países, a fortalecer e ampliar a Junta Coordenadora do Cone Sul (...)”. O dirigente do PC Chileno, já falecido, que foi Ministro de Allende, Orlando Millas, diz em suas “Memórias, 1957-1991”, Ediciones Chile-América, Santiago, 1995, pág. 186 e 187, o seguinte: “Reunimo-nos em Moscou, em 1974, os membros da Comissão Política do partido que estávamos no exílio, ou seja, os titulares Volodia Teitelboim, Gladys Marin (atual Secretária-Geral do Partido Comunista Chileno), eu e o suplente Manuel Cantero. Nessa oportunidade soube do acordo que haviam chegado, em Havana, dirigentes dos respectivos partidos (chileno e cubano), para que contingentes de militantes comunistas chilenos fossem aceitos como alunos, na qualidade de cadetes, na Escola Militar de Cuba. Foi recrutado para essa tarefa o melhor do melhor da nova geração no exílio. Senti que os conduzíamos a queimar-se no Chile em batalhas impossíveis. Quem menos direito tem de criticá-los somos nós, que assumimos a responsabilidade, estremecedora, de sugerir-lhes, sendo adolescentes, que o caminho para ser dignos de seu povo deveria ser percorrido empunhando armas”. Anteriormente, no Congresso do Partido Socialista Chileno, ao qual pertencia Salvador Allende, realizado na cidade de Chillán, em 1967, havia sido aprovada uma Resolução Política que dizia: “(...) A violência revolucionária é inevitável e legítima (...) Só destruindo o aparato burocrático e militar do Estado-burguês, pode consolidar-se a revolução socialista” (isso é marxismo-leninismo puro). A decisão do PS Chileno de optar pela “violência revolucionária” estava de acordo com os protocolos adotados no ano anterior, 1966, em Havana, na “Conferência Tricontinental”, quando foi aprovada pela unanimidade das 27 delegações presentes a sugestão de criar a “Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)”. Uma cópia do Komintern dos anos 30, um pacto político-militar para revolucionar a América Latina. É importante assinalar que o autor dessa proposta foi o delegado que representava o Partido Socialista Chileno: o então deputado Salvador Allende. Nos anos 80, a ação armada subversiva, no Chile, ganhou impulso com os sucessivos desembarques de armas realizados desde navios cubanos, em janeiro, junho e julho de 1986: 3.200 fuzis, 114 lança-foguetes soviéticos RPG-7, 167 foguetes anti-blindagem LAW (utilizados na denominada Operação Século XXI: atentado contra Pinochet nesse mesmo ano de 1986, que causou a morte de 5 militares de sua escolta), grana-

das, munições e outras armas (livro “Chile, Crônica de um Assédio”, Santiago, 1992, tomo I, página 98). A prova da intervenção de Cuba e de que um contingente dessa nacionalidade encontrava-se no Chile durante o governo Allende, inclusive integrando a segurança pessoal do presidente – denominada GAP-Grupo de Amigos do Presidente – foi confirmada, no final da década de 80, quando do julgamento de diversos oficiais do Exército cubano, acusados de narcotráfico. Um desses, o coronel Patrício La Guardia, amigo pessoal de Fidel Castro, condenado à morte e fuzilado, viu-se submetido ao seguinte interrogatório: Pergunta: “E missões internacionalistas que cumpriu anteriormente, além dessa de Angola? Resposta de Patrício La Guardia: “Estive no Chile. Fui condecorado com a Medalha Internacionalista de Primeiro Grau porque estava no Chile à frente dos companheiros de Tropas, quando do golpe de Estado, e cumpri outras operações especiais” (“Vindicación de Cuba 1989”, “Editorial Política”, Havana, Cuba, página 291) Pergunta-se o que poderiam fazer os governos ameaçados frente a uma internacional terrorista – a OLAS, nos anos 60, e a JCR, nos anos 70? Obviamente, o mesmo que fazem hoje França e Espanha: coordenar suas ações antiterroristas. Assim como à dupla Garzón-Garcés não ocorre submeter a processo os governantes franceses e espanhóis pelas operações de combate à ETA, existiria fundamento para acusar o atual senador Pinochet, por alguma atuação indevida de seus subordinados durante o desenrolar da “Operação Condor”, há 25 anos atrás? É indiscutível que face a um desafio terrorista coordenado, que não era um pic-nic, os Órgãos de Inteligência dos países ameaçados fizeram o mínimo: coordenar-se. E deverão fazê-lo sempre. A comunidade jurídica internacional sempre considerou profundamente injusto julgar uma época aplicando os padrões morais de outra. Por isso, entre outras razões, é reconhecido universalmente o instituto da prescrição, através do qual o transcurso do tempo extingue as responsabilidades. Há, pois, um ingrediente de tremenda injustiça querer julgar, 25 anos depois, acontecimentos que hoje parecem desprovidos de toda a carga de incerteza, temor e ódio que existia no Chile e em toda a América Latina nos anos 70 que, segundo Che Guevara, deveria ser transformada em um enorme Vietnã. Sempre, “antes” as coisas são diferentes do que parecem “depois”, quando o perigo já passou. Um velho ditado diz que “depois da batalha, todos são generais”. Recentemente, em 3 de julho de 1998, o tiranete Fidel Castro, em discurso no encerramento de um seminário, em Havana, sobre o tema “Globalização”, convocado pela “Associação de Economistas da América Latina”, reconheceu seu papel de promotor da guerrilha em toda a América Latina nos anos 60. Guerrilha – esta sim – que fez uma montanha de mortos.

*Malgrado, o acerto de contas com Pinochet é considerado pela esquerda como politicamente correto, pois ele destruiu um mito do marxismo-leninismo: a derrubada do poder de um governo comunista. É isso que a esquerda de todos os matizes não admite, não aceita e não perdoa.*

É necessário rescrever a história recente, a história deste país não pode mais se permitir ser contada na forma de relatos enfadonhos e simplistas, que apenas reiteram relações de poder presentes nos documentos consultados. A importância de uma pesquisa séria e bem orientada é fundamental. Todo cidadão democrata precisa saber o que se passou quando fecharam as cortinas do cenário nacional em 1964 e começaram a mostrar o país como num mau desenho animado, que isolou a verdade, não permitindo a gerações subseqüentes

sequer apreender, em suas consciências, uma memória política e cultural verdadeira de sua própria cidadania e nacionalidade. Saber a verdade, descerrar as cortinas da história oficial é o mínimo e fundamental direito que deve ser oferecido nesse momento à geração que, ávida, procura respostas que não sejam fantasiosas ou montagens. E a pesquisa erudita tem um profundo papel a desempenhar nessa tarefa.

A tarefa é árdua. Em que pesem os esforços de pesquisadores sérios, a construção da memória nacional intrinsecamente ligada ao resgate crítico de nossa cultura ainda está engatinhando e precisa avançar muito mais, sob pena de perder-se definitivamente na manipulação orquestrada de forma organizada e inteligente pela elite dominante.

Essa compreensão é necessária para o entendimento da ferocidade com que a repressão ditatorial liquidou seus opositores das organizações de resistência armadas. Mas os diversos segmentos, organizados ou não, da sociedade brasileira demonstram agudo interesse pelo destino dado às vítimas das garras da Operação Condor, como retrata a carta a seguir:

*Na íntegra, carta enviada ao Sr. Presidente da república do Brasil por uma cidadã brasileira; 'Matar? Por quê?*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Fernando Henrique Cardoso,

Solicitamos a Vossa Excelência que, na condição de chefe supremo das Forças Armadas, determine a abertura dos arquivos sobre a "Operação Condor" e todas as demais informações produzidas durante o regime militar hoje em poder do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do antigo Serviço Nacional de Informações, da Polícia Federal e de quaisquer outras instituições federais.

Fazemos este apelo público a Vossa Excelência após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na qual foi consensual o entendimento de que os arquivos existem, a sociedade tem o direito de conhecê-los e o Estado o dever de disponibilizá-los, para o conhecimento pleno da nossa História.

Também consideramos a decisão do Supremo Tribunal Federal em colaborar com o inquérito presidido pelo juiz Claudio Bonadio, da Argentina, assim como a anunciada disposição do Poder Executivo, por meio da Agência Brasileira de Informações, em responder oficialmente às indagações formuladas pelo magistrado argentino. Ora, se a justiça do país vizinho pode ter acesso às informações ocultas até hoje, é justo que a sociedade brasileira também tenha acesso aos mesmos arquivos.

São incontestáveis as bases jurídicas tanto em apoio a nossa colaboração com a justiça de outros países onde se processam investigações sobre a Operação Condor, quanto para a abertura de investigação sobre esse tema no Brasil. A Constituição Federal determina, em seu Artigo 4º, que nosso país se rege, nas suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos. Somos signatários de instrumentos internacionais como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece o caráter imprescritível do crime de desaparecimen-

to forçado, definindo-o como ação continuada; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, das Nações Unidas; e a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes. A Constituição de 1988 garantiu o exercício da plena cidadania, por meio de uma série de direitos, dentre os quais o direito à informação. Este passou a ser afinal reconhecido como pilar de sustentação da democracia e do direito à cultura, que se traduz, também, no direito à memória e ao passado histórico de nosso país.

Tendo reconhecida trajetória de acadêmico e intelectual antes mesmo de ingressar na vida política, Vossa Excelência sabe, mais que qualquer outro Presidente da República que o País já teve, que não se constrói o futuro sem conhecer o passado. Sabe também Vossa Excelência que, mais cedo ou mais tarde, com ou sem sua colaboração, o imenso quebra-cabeças será montado e a verdade emergirá. A sociedade brasileira, assim como a argentina, chilena, paraguaia, uruguaia e da África do Sul; que também amargaram longos períodos de arbítrio; não interromperão o processo de resgate da memória sobre o passado obscurecido nos anos de chumbo. O Brasil já avançou no resgate da nossa memória histórica, quando diversos Estados da Federação disponibilizaram os arquivos remanescentes dos DOPs e outros organismos da esfera estadual que participaram da repressão política. Já os organismos federais permanecem indiferentes ao apelo da sociedade civil e das famílias dos opositores políticos do regime de arbítrio desaparecidos, que têm o direito de saber o que aconteceu a seus entes. Com a inestimável colaboração de Vossa Excelência, o Brasil já deu passo importante para o restabelecimento da verdade, ao aprovar a Lei 9.140/95, instituindo a Comissão Especial que reconheceu a responsabilidade do Estado sobre mortos e desaparecidos políticos. As Forças Armadas tiveram seu representante no organismo, garantindo-se o contraditório e mesmo a sustentação das versões oficiais. O Brasil foi então aplaudido por instituições internacionais de direitos humanos como país que lançava premissas de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Não há motivos para que a verdade seja escondida. Os tempos são outros. Ressentimentos foram amenizados pelo tempo. Agora a palavra revanchismo chega a soar ridícula. As instituições democráticas estão suficientemente amadurecidas para conhecer a verdade em toda a sua extensão.

O meritório emprego de contingentes do Exército na missão de paz da ONU em Timor Leste, a desativação de minas explosivas em Angola e o atendimento de populações isoladas da Amazônia são exemplos de que nossas Forças Armadas têm funções suficientemente nobres para legitimá-las perante a sociedade.

Não espere, Senhor Presidente, que a justiça de outros países se adiante e monte o quebra-cabeças antes de nós, brasileiros. Determine já, Senhor Presidente e chefe supremo das Forças Armadas, que se abram, afinal, os arquivos militares, e de uma vez por todas seja reparada a injustiça para com as famílias dos desaparecidos políticos que continuam a viver a incerteza e o horror de não poder enterrar seus entes queridos.

Brasília, 18 de maio de 2000 OPINIÃO

Os documentos fundamentais para esta pesquisa (maior desafio) serão “garimpados”:

1. do governo dos EUA, especialmente da CIA (Agência Central de Inteligência);
2. dos organismos repressivos militares e policiais de cada país;
3. da Comissão de Direitos Humanos da ONU;

4. da Junta Interamericana de Defesa;
5. da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e
6. da Conferência de Exércitos Americanos.

A documentação de órgãos pró-direitos humanos das Nações Unidas e da OEA (Organização dos Estados Americanos) serviria para conhecer detalhes de vários episódios, porém, hoje o acesso a ela é vetado. No caso da CIA, o pedido será de ampliação da desclassificação de documentos, abrangendo períodos mais amplos para consulta.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### *Notas*

\* Doutoranda em História Social na FFLCH/USP.

<sup>1</sup> Mortos e Desaparecidos; Dossier Tortura Nunca Mais Mortos e Desaparecidos; Lista do Tortura Nunca Mais; Listado de Desaparecidos em Brasil; Archiose de São Paulo; Catarinenses muertos y desaparecidos; Represores Documentos; Informes sobre los Derechos Humanos en Brazil; Voces Enlaces; Derechos Humanos en Brazil; Por Equipo Nizkor y Derechos Human Rights; Tortura Nunca Mais – Pernambuco; Tortura Nunca Mais – RJ; Comitê Catarinense Pró-memória Dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

<sup>2</sup> CIA: Central de inteligência e informação norte-americana que ajudou a institucionalizar o terror de diversas ditaduras sanguinárias em vários países periféricos.

<sup>3</sup> Focismo; maoísmo; de libertação; revolucionárias ou simplesmente defensivas.

<sup>4</sup> Carlos Ilych Azambuja é articulista da ABN (por incrível que pareça).